

-----**Ata da reunião n.º 7/2014**-----

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Aos vinte e sete dias de novembro do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Mesão Frio, reuniu a assembleia municipal, em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Período de antes da ordem do dia; -----
2. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº2, alínea c);
3. Documentos Previsionais para o ano 2015 – Proposta de Aprovação;-----
 - a) Orçamento Municipal (Receita e Despesa) para o ano de 2015;-----
 - b) Grandes Opções do Plano (PPI e PAM) para o ano de 2015;-----
 - c) Normas de Execução do Orçamento, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais;-----
 - d) Mapa de Encargos Anuais – Empréstimos de Médio e Longo Prazo;-----
 - e) Empréstimos de Curto Prazo;-----
 - f) Mapa de Pessoal;-----
4. Sistema Municipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte de Portugal – Pedido de Parecer Favorável;-----
5. Comunicação dos Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais – Tomada de Conhecimento;-----
6. Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Mesão Frio – Proposta de Aprovação;-----
7. 1ª Alteração à Tabela de Taxas do Município de Mesão Frio – Proposta de Aprovação;-----
8. Período aberto ao público.-----

Presentes os senhores, Carlos Alberto Esteves Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e quinze minutos, Anabela Valério Marrafa de Macedo, primeira secretária, Luís Miguel Silva Marques, segundo secretário, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Jorge Filipe Portela, Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro, André Filipe Miranda Monteiro, José Eduardo Branco dos Santos, Francisco Guedes Moreira, António César Vicente Nunes, Pedro Miguel Alves Poças, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia (PS),

Joaquim Carvalho Saraiva, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Bruno Miguel Monteiro de Carvalho, Sílvia Andreia Duarte Pereira Correia, Lisa Maria de Oliveira Martins e Cristina Perpétua Martins de Oliveira Barros (PPD/PSD).-----

Presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal de Mesão Frio, Alberto Monteiro Pereira, e os senhores vereadores Paulo Jorge Teixeira da Silva, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major (P.S.), Marco António Peres Teixeira da Silva e António José Teixeira (P.S.D). -----

Falta Justificada: Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda.-----

Iniciada a sessão, após cumprimento dos presentes, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Ponto um: Período de antes da ordem do dia: -----

A deputada Cristina Perpétua Martins de Oliveira Barros questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal (CM) relativamente às condições de segurança da iluminação pública festiva, tendo este respondido que a mesma foi adjudicada a uma empresa, diretamente pela Associação Douro Histórico.-----

A deputada Lisa Maria de Oliveira Martins questionou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal (AM) sobre o ponto onze da reunião número cinco “Afetação de uma parcela de terreno em Vila Marim”, tendo este respondido que, da informação obtida, não colheu qualquer elemento que colocasse em causa os procedimentos adotados, quer pela CM, quer pela AM.-----

O Sr. Presidente da CM transmitiu as seguintes informações: o município foi condenado a pagar uma dívida e multa devido à taxa de resíduos dos anos a dois mil e sete e dois mil e oito; em relação às termas das Caldas de Moledo, disse ter declarado, no mês de maio anterior, ao presidente da comissão executiva da Turismo de Porto e Norte de Portugal, que esta CM tinha interesse nas referidas termas, mas que, apesar disso, no dia vinte e nove de dezembro, numa reunião a ter lugar em Lousada, o Presidente da comissão executiva referida pretendia entregar as caldas ao município do Peso da Régua, sem custos. Alegou ainda que o município de Mesão Frio é sócio da Turismo do Porto e Norte de Portugal, não sendo aceitável que se entregue aquele espaço a um outro município, quando noventa por cento do espaço das termas pertence ao nosso município. Sugeriu ainda uma tomada de posição por esta AM.-----

O deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva referiu que teve conhecimento do assunto e que elaborou uma moção, não tendo tido oportunidade de a dar a conhecer previamente.-----

O deputado Joaquim Carvalho Saraiva questionou sobre o trabalho realizado pela CM no sentido de impedir o estado de abandono em que se encontram as referidas termas.---

O deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva respondeu que existe uma questão de legitimidade dado que as termas não são do município de Mesão Frio, pelo que este não poderia ali fazer qualquer investimento e que o espaço foi encerrado por falta de condições, nos termos da lei. Disse ainda que em dois mil e treze discutia-se a legitimidade do espaço ser do município do Peso da Régua e que, por decisão judicial, foi confirmado que o mesmo pertence à entidade Turismo do Porto e Norte de Portugal. Assim, enquanto existia o conflito, não fazia sentido apresentar projetos de intervenção que dependeriam de um processo judicial. Referiu também que o município tem interesse em participar na solução para aquele espaço.-----

O deputado Joaquim Carvalho Saraiva referiu que se a Turismo do Porto e Norte de Portugal decidiu pelo município do Peso da Régua então este terá apresentado um projeto credível, o que não aconteceu com o município de Mesão Frio.-----

O Sr. Presidente da CM, em resposta à questão colocada pela deputada Lisa Maria de Oliveira Martins, relativa ao interesse da CM naquela infraestrutura, disse que é necessário encontrar uma solução, na qual o município de Mesão Frio pretende ser parceiro e que não existe qualquer animosidade ou diferendo com o município do Peso da Régua, mas que não nos podemos esquecer que as termas estão inseridas no concelho de Mesão Frio. Acrescentou ainda que a Turismo do Porto e Norte de Portugal, neste momento, é o responsável pelas termas das Caldas de Moledo.-----

O Sr. Presidente da AM referiu, na qualidade de membro da Assembleia que o património público só tem sentido se for útil às pessoas. O fecho das termas e todo o processo daí decorrente criou expectativas ao município de Mesão Frio e, com a informação que tem hoje, considera que as expectativas foram defraudadas, sendo que o mínimo que se deveria ter feito era ouvir o município de Mesão Frio.-----

O deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva referiu que o que está em discussão é a concessão e não quem é o proprietário e apresentou uma moção contra a alienação gratuita do parque Termal das Caldas do Moledo ao Município do Peso da Régua pelo

Turismo do Porto e Norte de Portugal, anexa à presente ata, que, depois de aceite, foi lida, apreciada e votada por unanimidade. -----

O Sr. Presidente da AM, relativamente ao processo da Casa do Douro, referiu que foi preparada uma palestra para debater algumas das principais questões com que se debate a região duriense, a ter lugar no dia seis de dezembro de dois mil e catorze, pelas quinze horas. Disse que foi feito o convite a representantes de várias entidades, que já confirmaram a sua presença. Apelou ainda à união de todos, a qual é fundamental para encontrar as melhores soluções para os problemas com que nos vamos deparando, designadamente, neste caso, as que afetam a Casa do Douro.-----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº2, alínea c):-----

O Sr. Presidente da CM informou que este ano de 2014 tem sido um ano difícil e que só com muito esforço é que tem sido possível continuar o processo de redução da dívida. Referiu que foi feita candidatura ao balcão único, mas que a sua implementação depende de todos os municípios candidatos estarem integrados numa plataforma, para posterior pagamento por parte do governo. Relativamente à atividade nos últimos três meses, disse que reuniu com o Sr. Ministro do Ambiente e com a CCDR. Quanto à taxa de execução do terceiro quadro comunitário da região Norte, dos oitenta e três municípios, existem três, Melgaço, Vila Flôr e Mesão Frio, que se encontram com 100% de execução das obras participadas-----

Ponto três: Documentos Previsionais para o ano 2015 – Proposta de Aprovação;-----

O Sr. Presidente da CM apresentou considerações gerais sobre as alíneas constantes deste ponto da ordem de trabalho, salientando que o dinheiro existente é utilizado para o pagamento das despesas correntes, de pessoal e da dívida existente. No orçamento para dois mil e quinze, apenas existe o que o governo permitiu e o seu antecessor deixou. Referiu também que não foi aprovada a candidatura ao projeto para a construção do estádio de futebol, pelo facto de o projeto não integrar a construção dos balneários. Disse que vai apostar na educação, continuar a apoiar os mais desfavorecidos e diminuir a dívida. Referiu que se a funcionária Florbela Silva, que faz parte dos quadros do

pessoal, não for requisitada, definitivamente, pela Segurança Social, terá de regressar em dois mil e quinze. Acrescentou que será realizado um empréstimo em janeiro e pago até dezembro de dois mil e quinze, que foi feito um empréstimo para pagamento da dívida a ser amortizado em dois mil e quinze e finalizado em dois mil e dezasseis.-----

A deputada Lisa Maria de Oliveira Martins disse não entender a preocupação do Sr. Presidente da CM, uma vez que se a funcionária Florbela Silva tivesse a pretensão de regressar ao município já o teria feito e que já saíram mais dois funcionários da Autarquia.-----

O deputado Joaquim Carvalho Saraiva lembrou que o Sr. Presidente da CM não deveria esquecer-se que pertenceu aos executivos anteriores e acrescentou que iriam votar contra neste ponto da ordem de trabalhos uma vez que o que está escrito é uma demagogia.-----

O deputado Carlos Pombo sugeriu que a oposição apresentasse sugestões nas várias áreas, pois, para além de se ter conseguido baixar a dívida, investiu-se mais do que no passado, não sendo possível fazer-se mais com o orçamento existente.-----

A deputada Lisa Martins referiu a necessidade de dinamização do turismo e questionou sobre os investimentos a realizar para gerar emprego.-----

O Sr. Presidente da CM referiu que não tem vergonha de ter sido vereador do Sr. Vereador Marco Silva, então presidente da CM. Referiu ainda que se encontra a trabalhar no sentido da abertura do hotel da Rede e em conversações com a empresa Douro Azul, no que diz respeito à concretização do plano de pormenor da Rede com possibilidade de bom termo em dois mil e dezassete. A apresentação do hotel será uma realidade durante o atual mandato.-----

Assim, colocadas a votação os resultados obtidos foram os seguintes: -----

a) Orçamento Municipal (Receita e Despesa) para o ano de 2015;-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Partido Socialista e seis votos contra dos membros do Partido Social Democrata.-----

b) Grandes Opções do Plano (PPI e PAM) para o ano de 2015;-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Partido Socialista e seis votos contra dos membros do Partido Social Democrata.-----

c) Normas de Execução do Orçamento, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais;

DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com dezoito votos a favor e um voto contra do membro Cristina Barros do Partido Social Democrata-----

d) Mapa de Encargos Anuais – Empréstimos de Médio e Longo Prazo;-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com dezoito votos a favor e um voto contra do membro Cristina Barros do Partido Social Democrata.-----

e) Empréstimos de Curto Prazo;-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor e um voto contra do membro Cristina Barros do Partido Social Democrata, tendo o membro Luís Marques declarado o seu impedimento na votação por ser funcionário na entidade bancaria envolvida.-----

f) Mapa de Pessoal;-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com dezoito votos a favor e um voto contra do membro Cristina Barros do Partido Social Democrata.-----

Ponto quatro: Sistema Municipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte de Portugal – Pedido de Parecer Favorável;-----

O Sr. Presidente da CM forneceu informações relativas ao assunto em epígrafe. O documento apresentado de possível contrato, não vinculativo, foi apresentado pelo ministro do ambiente. É uma proposta do governo no sentido de resolver alguns dos problemas existentes no setor do abastecimento de águas, procurando, entre outros, diminuir as desigualdades ao nível dos custos da água, o qual também irá solucionar alguns dos problemas existentes entre os municípios da CIM Douro e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Este contrato substituirá o existente e trará benefícios aos municípios da região, ao nível do fornecimento de água em alta. -----

DELIBERAÇÃO: Pedido de parecer favorável, aprovado por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção do membro Sílvia Correia do Partido Social Democrata.--

Ponto cinco: Comunicação dos Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais – Tomar Conhecimento;-----

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.-----

Ponto seis: Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Mesão Frio – Proposta de Aprovação-----

O Sr. Presidente da CM transmitiu as seguintes informações: o regulamento foi adaptado à realidade. Na discussão pública a ACIR apresentou propostas de alteração,

sendo considerada a relativa ao ponto um do artigo décimo oitavo, no entanto quanto a uma outra proposta, relativa à distância de venda, esta não foi aceite e a questão será analisada caso a caso, devendo ser salvaguardada a situação dos comerciantes com local fixo na vila. Regularizou-se a venda da fruta em três locais: cruzamento para Barqueiros, Banduja e Rede (cruzamento para a capela).-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.-----

Ponto sete: 1ª Alteração à Tabela de Taxas do Município de Mesão Frio – Proposta de Aprovação-----

O Sr. Presidente da CM disse existirem taxas manifestamente desajustadas, nomeadamente as que oneram os taxistas, no averbamento de nova matrícula, nos licenciamentos de muros, entre outras, o que obriga a realizar as alterações propostas. Referiu também que o preço das campas, no cemitério, será de mil e setenta euros cada (cálculo efetuado de acordo com a média da venda nos seis municípios limítrofes).-----

A deputada Lisa Martins referiu o contraste nas alterações, pois Mesão Frio é um dos municípios onde a taxa de IMI é mais elevada. -----

O Sr. Presidente da CM respondeu que o município corre o risco de ter de recorrer ao FAM, apesar de essa não ser a sua intenção, uma vez que pretende salvaguardar a liberdade do município. Acrescentou que existem três câmaras do CIM Douro com as taxas mais elevadas: Freixo de Espada à Cinta; Mesão Frio e Alijó e que, por coincidência, se encontram falidas. -----

Questionado novamente pela deputada Lisa Martins se o município estava falido, o Sr. Presidente da CM referiu estar a tentar equilibrar as contas, mas que há quarenta e seis câmaras que foram convidadas a recorrer ao FAM, incluindo a de Mesão Frio.-----

A deputada Lisa Martins referiu ainda que a câmara de Aveiro está em piores condições e, no entanto, tem a taxa de IMI mais baixa.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.-----

Ponto oito: Período aberto ao público.-----

Usou da palavra o Senhor Firmino Teixeira Várzea, relativamente aos postos de venda de fruta de vendedores ambulantes, referindo que a venda de fruta na estrada é permitida a produtores do concelho, mas que outros produtores que não pertencem ao concelho também o fazem e sem documentação para o efeito. Acrescentou que deveria

existir um único posto de venda e protegido de acidentes de viação, sendo o ideal na curva do Eido.-----

O Sr. Presidente da CM referiu que está a ser desenvolvido um trabalho no sentido de apenas os produtores do concelho poderem vender, no entanto nada pode fazer quanto à existência de outros vendedores na curva do Eido ou noutros locais pertencentes à Estradas de Portugal. -----

A minuta da ata, para efeitos imediatos, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela vinte e três horas e trinta minutos.-----

O Presidente da Assembleia

A 1.ª Secretária

O 2º Secretário